ATA Nº. 18/2014**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO
REALIZADA NO DIA QUINZE DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E
CATORZE.** -----

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e catorze, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Ílhavo, no Salão Nobre do Edifício Municipal, sob a presidência do Sr. Presidente da Câmara, Fernando Fidalgo Caçoilo, e com a presença do Sr. Vice-Presidente da Câmara, Marcos Labrincha Ré, e dos demais Vereadores eleitos, José Marinho Vaz, Beatriz de Fátima Clemente Martins, António Pedro Oliveira Martins, Paulo Sérgio Teixeira da Costa, e Ana Margarida Santos Bastos. -----

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, Rui Manuel Pais Farinha. -

A reunião teve início às 15.00 horas. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente da Câmara, foram tratados os seguintes assuntos: -----

NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

- Neste período, usou da palavra o **Sr. Vereador José Vaz**, que pretendeu saber das previsões que possam existir relativamente ao fim das obras que decorrem na Rua da Mota na Gafanha de Aquém, ainda que tal obra não seja da responsabilidade da CMI, mas sim da A. M. do Carvoeiro, tomando em consideração que a citada rua tem um tráfego de pessoas e veículos bastante considerável. -----

Na resposta, o **Sr. Presidente da Câmara** deu conta de que aquela obra incorpora um investimento avultado (cerca de 30 milhões de euros), e que obedece a calendários previamente definidos, difíceis de alterar. -----

No entanto, a CMI tem envidado todos os esforços no sentido de acelerar o fim das obras, de modo a tornar aquela artéria transitável tão rapidamente quanto possível. -----

Todavia, como o Presidente da AMC, é o Eng.º Marcos Ré, que é, simultaneamente, Vice-Presidente da CMI, e dada a sua presença nesta reunião, melhor poderá explicar o ponto em que se encontra tal empreitada. -----

Face da sugestão apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara, tomou a palavra o **Sr. Vice-Presidente, Marcos Ré**, que referiu a enorme complexidade da obra (desde logo por se

desenrolar numa componente fortemente urbana), acrescida de um forte investimento para a sua realização (conforme já tinha sido dito pelo Sr. Presidente da Câmara), bem como das várias vicissitudes que fizeram com que, esta obra, que deveria ter terminado em setembro do presente ano civil, ainda esteja a decorrer. -----

Aduziu ainda o Sr. Vice-Presidente da Câmara, que o Caderno de Encargos e o Processo de Concurso, têm plasmados os vários passos a dar entre o início e o fim da sobredita obra, nomeadamente no que concerne à reposição das valas, sendo que, uma eventual alteração à metodologia que se encontra vertida naqueles instrumentos de gestão da obra, poderão acarretar mais custos com “trabalhos a mais”, ou pedido de prorrogação de prazo para a sua conclusão. -----

NO PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA. -----

Presente o Resumo Diário da Tesouraria n.º 205, do dia catorze de outubro do ano de dois mil e catorze, pelo qual foi tomado conhecimento que no cofre existiam as importâncias de € 2.243.299,50 (dois milhões, duzentos e quarenta e três mil, duzentos e noventa e nove euros e cinquenta cêntimos), respeitante a Dotações Orçamentais e € 595.345,14 (quinhentos e noventa e cinco mil, trezentos e quarenta e cinco euros e catorze cêntimos), respeitante a Dotações não Orçamentais. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR. -----

Presente a Ata número 17, da reunião ordinária realizada no dia um de outubro do ano de dois mil e catorze. -----

Uma vez que o texto da mesma tinha sido distribuído previamente por todos os Membros da Câmara, de acordo com o previsto no artigo 4º do Decreto - Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, foi a sua leitura dispensada. -----

Submetida a votação, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Ata. -----

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS. -----

PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ÍLHAVO E A SOCIEDADE POLIS LITORAL RIA DE AVEIRO, SA, NO ÂMBITO DA EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA FRENTE LAGUNAR DE ÍLHAVO E VAGOS - RATIFICAÇÃO. -----

15-10-2014

Presente o Protocolo referenciado em título, aqui dado por integralmente transcrito: -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade ratificar o presente Protocolo. -----

**MINUTA DO PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE O MUNCÍPIO DE ÍLHAVO E A
EP - ESTRADAS DE PORTUGAL, SA, RELATIVO À INTEGRAÇÃO DA EN 109/7
(TROÇO COMPREENDIDO ENTRE A ROTUNDA E ACESSOS À PRAIA DA
BARRA. -----**

Presente a Minuta do Protocolo referenciado em título, aqui dado por integralmente transcrito:

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente Minuta de Protocolo. -----

**CÂMARA MUNICIPAL. -----
MARCAÇÃO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CMI PARA O PRÓXIMO DIA
30 DE OUTUBRO DO CORRENTE ANO – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1) – O volume de e a importância dos assuntos abaixo referenciados, e que necessitam de deliberação por parte do Órgão Executivo Municipal; -----

2) - Que por força da nova Lei das Finanças Locais, e segundo entendimentos que têm prevalecido, os elementos respeitantes ao Orçamento para o ano/anos seguintes devem ser remetidos à Assembleia Municipal até 31 de outubro; -----

3) – Que a elaboração do orçamento, importa que seja feito com base na execução e realização da despesa e receita o mais próximo da sua realidade final, e igualmente com a Lei de Orçamento de Estado para o ano seguinte, já largamente apresentado e discutido, circunstâncias estas que não se compadecem, nem com a presença destes documentos na reunião de 15 de outubro e muito menos com a presença na primeira reunião de novembro; ---

4) – Que, igualmente se deve aproveitar a reunião extraordinária para a discussão de outros assuntos, que carecem de aprovação ou tomada de conhecimento da Assembleia Municipal. --

Assim, proponho: -----

- Que a Câmara Municipal de Ílhavo realize uma reunião extraordinária, com carácter público mas sem audição do mesmo, para o dia 30 de outubro do corrente ano, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- Participação no IRS; -----

15-10-2014

- Taxas de Derrama a cobrar em 2015; -----
- Taxas de IMI a cobrar em 2015; -----
- Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para 2015; -----
- Autorização Prévia Genérica, no âmbito da Lei dos Compromissos para 2015; -----
- Relatório dos compromissos plurianuais assumidos no 1º semestre de 2014 e abrangidos pela Autorização Prévia Genérica emitida pela Assembleia Municipal para 2014; -----
- Alteração do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carentes. -----

O Presidente da Câmara, -----
 Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----
 13.outubro.2014”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

JUNTAS DE FREGUESIA. -----

**CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE
 COMPETÊNCIAS, CELEBRADOS ENTRE O MUNICÍPIO DE ÍLHAVO E AS
 JUNTAS DE FREGUESIA DA GAFANHA DO CARMO, DA GAFANHA DA
 ENCARNAÇÃO, DA GAFANHA DA NAZARÉ E DE S. SALVADOR/ÍLHAVO –
 RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO - TOMADA DE CONHECIMENTO.** -----

Presentes os quatro relatórios respeitantes aos Contratos Interadministrativos referenciados em epígrafe, os quais se dão aqui por integralmente transcritos: -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade tomar conhecimento. -----

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA. -----

APROVISIONAMENTOS. -----

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS. -----

**PARECER PRÉVIO - ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL “ANÁLISE
 ECONÓMICA E FINANCEIRA AO MODELO DE EXPLORAÇÃO DO PARQUE DE
 ESTACIONAMENTO SUBTERRÂNEO DO CCI E DA ZONA DE PARQUEAMENTO
 À SUPERFÍCIE” – INFORMAÇÃO.** -----

Presente a informação supra, elaborada pela Responsável da CAP, Carla Ferreira, datada de 09.outubro.2014, corroborada pelo Chefe da DAG, Rui Farinha, aqui dada por integralmente

15-10-2014

transcrita, e a solicitação dos respetivos serviços, na qual e em síntese, se sugere a abertura do procedimento referenciado em título, por ajuste direto, estimando-se que o valor da referida aquisição de serviços não exceda os 10.000,00 €(dez mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, pelo período máximo previsto de 20 dias. -----

Deste modo, e nos termos da lei, a presente despesa está sujeita a parecer prévio a emitir pelo Órgão Executivo Municipal. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade emitir parecer prévio favorável à presente aquisição de serviços. -----

PATRIMÓNIO MUNICIPAL. -----

PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DE CAUÇÃO – “CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 21/2012 – SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA NOS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS – LOTE 1: PAÇOS DO CONCELHO” - INFORMAÇÃO. --

Presente a informação supra, elaborada pelo Assistente Técnico, Narino Santos, datada de 29.setembro.2014, corroborada pela responsável da CAP, Carla Ferreira, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se sugere a devolução da caução prestada, no valor de 831,60 €(oitocentos e trinta e um euros e sessenta cêntimos), atentos os pressupostos enunciados na sobredita informação. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar o presente pedido de devolução de caução. -----

SEGUROS. -----

INDEMNIZAÇÃO DE TERCEIROS POR PREJUÍZOS CAUSADOS. -----

SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL / APÓLICE N.º 103141. -----

Presentes os seguintes 9 (nove) processos: -----

1º - Presente a informação supra, elaborada pela Técnica Superior da CAP, Conceição Lucas, datada de 06.outubro.2014, corroborada pelo Chefe da DAG, Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que da participação realizada pelo **Sr. Arnaldo Amarante Conde**, motivada pelo embate da sua viatura num buraco sem sinalização, quando o mesmo circulava na Rua Florestal – Gafanha do Carmo. -----

Após análise dos Serviços Jurídicos desta Câmara Municipal, foi o processo remetido à nossa corretora, a qual já procedeu à respetiva indemnização. -----

15-10-2014

Contudo, nos termos da respetiva apólice, é da responsabilidade do Município o pagamento da franquia em danos materiais em 10% do valor do sinistro no mínimo de 250,00 € -----

Deste modo, tendo o custo sido inferior ao valor da franquia, compete à CMI suportar a indemnização no valor de 218,12 € -----

2º - Presente a informação supra, elaborada pela Técnica Superior da CAP, Conceição Lucas, datada de 10.outubro.2014, corroborada pelo Chefe da DAG, Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que da participação realizada pelo **Sr. Augusto Fernando Aleixo Pombares**, motivada pelo embate da sua viatura num buraco, quando o mesmo circulava na Rua Prof. Francisco Corujo – Gafanha da Encarnação. -----

Após análise dos Serviços Jurídicos desta Câmara Municipal, foi o processo remetido à nossa corretora, a qual já procedeu à respetiva indemnização. -----

Contudo, nos termos da respetiva apólice, é da responsabilidade do Município o pagamento da franquia em danos materiais em 10% do valor do sinistro no mínimo de 250,00 € -----

Deste modo, tendo o valor pago pela seguradora sido de 281,90 € compete à CMI suportar a indemnização no valor de 250,00 € -----

3º- Presente a informação supra, elaborada pela Técnica Superior da CAP, Conceição Lucas, datada de 06.outubro.2014, corroborada pelo Chefe da DAG, Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que da participação realizada pelo **Sr.ª Daniela Ferreira Vieira**, motivada pelo embate da sua viatura num buraco sem sinalização, quando o mesmo circulava na Rua Camilo Castelo Branco – Gafanha da Nazaré.

Após análise dos Serviços Jurídicos desta Câmara Municipal, foi o processo remetido à nossa corretora, a qual já procedeu à respetiva indemnização. -----

Contudo, nos termos da respetiva apólice, é da responsabilidade do Município o pagamento da franquia em danos materiais em 10% do valor do sinistro no mínimo de 250,00 € -----

Deste modo, tendo o custo sido de 396,92 € compete à CMI suportar a indemnização no valor de 250,00 € -----

4º - Presente a informação supra, elaborada pela Técnica Superior da CAP, Conceição Lucas, datada de 06.outubro.2014, corroborada pelo Chefe da DAG, Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que da participação realizada pelo

15-10-2014

Sr. Domingos Manuel Marieiro Batel, motivada pelo embate da sua viatura num buraco sem sinalização, quando o mesmo circulava na Rua Cónego José Cândido Vidal - Ílhavo. -----
Após análise dos Serviços Jurídicos desta Câmara Municipal, foi o processo remetido à nossa corretora, a qual já procedeu à respetiva indemnização. -----

Contudo, nos termos da respetiva apólice, é da responsabilidade do Município o pagamento da franquia em danos materiais em 10% do valor do sinistro no mínimo de 250,00 € -----
Deste modo, tendo o custo sido inferior ao valor da franquia, compete à CMI suportar a indemnização no valor de 96,20 € -----

5º - Presente a informação supra, elaborada pela Técnica Superior da CAP, Conceição Lucas, datada de 06.outubro.2014, corroborada pelo Chefe da DAG, Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que da participação realizada pelo **Sr.ª Helena Maria Pereira Dias Ferreira**, motivada pela colisão da sua viatura com um obstáculo, quando o mesmo circulava na Rua D. Fernando – Gafanha da Nazaré. -----

Após análise dos Serviços Jurídicos desta Câmara Municipal, foi o processo remetido à nossa corretora, a qual já procedeu à respetiva indemnização. -----
Contudo, nos termos da respetiva apólice, é da responsabilidade do Município o pagamento da franquia em danos materiais em 10% do valor do sinistro no mínimo de 250,00 € -----
Deste modo, tendo o custo sido inferior ao valor da franquia, compete à CMI suportar a indemnização no valor de 78,97 € -----

6º - Presente a informação supra, elaborada pela Técnica Superior da CAP, Conceição Lucas, datada de 06.outubro.2014, corroborada pelo Chefe da DAG, Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que da participação realizada pelo **Sr.ª Jenifer Adriana Domingues Guedes**, motivada pelo embate da sua viatura num buraco sem sinalização, quando o mesmo circulava na Rua D. Fernando – Gafanha da Nazaré. -----

Após análise dos Serviços Jurídicos desta Câmara Municipal, foi o processo remetido à nossa corretora, a qual já procedeu à respetiva indemnização. -----
Contudo, nos termos da respetiva apólice, é da responsabilidade do Município o pagamento da franquia em danos materiais em 10% do valor do sinistro no mínimo de 250,00 € -----
Deste modo, tendo o custo sido de 295,83 € compete à CMI suportar a indemnização no valor de 250,00 € -----

15-10-2014

7º - Presente a informação supra, elaborada pela Técnica Superior da CAP, Conceição Lucas, datada de 06.outubro.2014, corroborada pelo Chefe da DAG, Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que da participação realizada pelo **Sr.ª Maria Adelaide Mónica Monteiro**, motivada pelo embate da sua viatura num buraco, quando o mesmo circulava na Estrada Florestal – Gafanha do Carmo. -----

Após análise dos Serviços Jurídicos desta Câmara Municipal, foi o processo remetido à nossa corretora, a qual já procedeu à respetiva indemnização. -----

Contudo, nos termos da respetiva apólice, é da responsabilidade do Município o pagamento da franquia em danos materiais em 10% do valor do sinistro no mínimo de 250,00 € -----

Deste modo, tendo o custo sido inferior ao valor da franquia, compete à CMI suportar a indemnização no valor de 164,70 € -----

8º - Presente a informação supra, elaborada pela Técnica Superior da CAP, Conceição Lucas, datada de 06.outubro.2014, corroborada pelo Chefe da DAG, Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que da participação realizada pelo **Sr. Paulo Alexandre dos Santos**, motivada pelo embate da sua viatura num buraco, quando o mesmo circulava na Estrada Municipal Florestal – Gafanha do Carmo. -----

Após análise dos Serviços Jurídicos desta Câmara Municipal, foi o processo remetido à nossa corretora, a qual já procedeu à respetiva indemnização. -----

Contudo, nos termos da respetiva apólice, é da responsabilidade do Município o pagamento da franquia em danos materiais em 10% do valor do sinistro no mínimo de 250,00 € -----

Deste modo, tendo o custo sido de 318,42 € compete à CMI suportar a indemnização no valor de 250,00 € -----

9º - Presente a informação supra, elaborada pela Técnica Superior da CAP, Conceição Lucas, datada de 06.outubro.2014, corroborada pelo Chefe da DAG, Rui Farinha, aqui dada por integralmente transcrita, na qual e em síntese, se dá conta que da participação realizada pelo **Sr.ª Rosa Isabel Cardoso Caçador**, motivada pelo embate da sua viatura num buraco, sem sinalização, quando o mesmo circulava na Rua Florestal – Gafanha do Carmo. -----

Após análise dos Serviços Jurídicos desta Câmara Municipal, foi o processo remetido à nossa corretora, a qual já procedeu à respetiva indemnização. -----

15-10-2014

Contudo, nos termos da respetiva apólice, é da responsabilidade do Município o pagamento da franquia em danos materiais em 10% do valor do sinistro no mínimo de 250,00 € -----

Deste modo, tendo o custo sido inferior ao valor da franquia, compete à CMI suportar a indemnização no valor de 177,67 € -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder nos termos das informações. -----

EQUIPAMENTO RURAL E URBANO. -----

OBRAS MUNICIPAIS. -----

Presentes os seguintes 2 (dois) Relatórios Finais: -----

1 - “ARRANJOS URBANÍSTICOS NO MUNICÍPIO – SENHORA DOS CAMPOS”. ---

Presente o Relatório Final supra, elaborado pelo respetivo júri do procedimento, datado de 30.setembro.2014, aqui dado por integralmente transcrito, no qual e em síntese, se sugere que a empreitada referenciada em título seja objeto de adjudicação definitiva à empresa: “Paviageméis – Pavimentações de Azeméis, Lda”, pelo valor da proposta apresentada, 75.790,00 €(setenta e cinco mil e setecentos e noventa euros), acrescidos e IVA à taxa legal em vigor, por ser a proposta mais vantajosa de acordo com os critérios de avaliação consignados no Convite do Procedimento. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder à adjudicação definitiva à empresa, Paviageméis – Pavimentações de Azeméis, Lda, nos termos do presente Relatório Final. -----

2 - “REVESTIMENTOS EM TAPETE BETUMINOSO 2014”. -----

Presente o Relatório Final supra, elaborado pelo respetivo júri do procedimento, datado de 10.outubro.2014, aqui dado por integralmente transcrito, no qual e em síntese, se sugere que a empreitada referenciada em título seja objeto de adjudicação definitiva à empresa: “Manuel Francisco de Almeida, SA”, pelo valor da proposta apresentada, 201.061,49 €(duzentos e um mil e sessenta e um euros e quarenta e nove cêntimos), acrescidos e IVA à taxa legal em vigor, por ser a proposta mais vantajosa de acordo com os critérios de avaliação consignados no Convite do Procedimento. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade proceder à adjudicação definitiva à empresa, Manuel Francisco de Almeida, SA, nos termos do presente Relatório Final. -----

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL. -----

CIDADANIA E IGUALDADE. -----

15-10-2014

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
COMPARTICIPAÇÃO NO PAGAMENTO DA FATURA RELATIVA A ÁGUA,
SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Teixeira da Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal; -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e da Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea e) “comparticipação no pagamento da fatura relativa a água saneamento e resíduos sólidos“. -----

3.º - Os pedidos de participação solicitados pelos quinze municípios/agregados familiares e a respetivas Informações Sociais que se anexam. -----

4.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 110 de 10/01/2014, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição do seguinte apoio, ao abrigo do Regulamento do Fundo Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados: -----

- Duas participações no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 40%, pelo período de 12 meses. -----

- Cinco participações no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 70%, pelo período de 12 meses. -----

- Seis participações no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 90%, pelo período de 12 meses. -----

- Duas participações no pagamento da fatura relativa a água, saneamento e resíduos sólidos no valor de 90%, pelo período de 6 meses. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

15-10-2014

10.outubro.2014”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) AO
CASCI – APOIO AO ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Teixeira da Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e de Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - O pedido de apoio solicitado por um munícipe e/ou agregado familiar e a respetiva Informação Social anexa. -----

4.º - Que o Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de apoio ao pagamento da renda de casa referente ao agregado da informação anexa, ficando o utente responsável por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade do montante da renda. -----

5.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 111 de 10/01/2014, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de um subsídio pontual ao Centro de Ação Social do Concelho de Ílhavo, no valor de 302,13 Euros, para apoio à participação no pagamento do valor da renda de casa pelo período que consta na Informação Social, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

10.outubro.2014”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

**FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS CARENCIADOS –
ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PONTUAL (TRANSFERÊNCIAS CORRENTES) AO
CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL N.ª S.ª NAZARÉ – APOIO AO ARRENDAMENTO
DE HABITAÇÃO – PROPOSTA. -----**

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Vereador, Paulo Teixeira da Costa: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da ação social pelo artigo 23º n.º 2 alínea h) do mesmo diploma legal. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carençados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e de Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 4.º, n.º 2, alínea b) “apoio ao arrendamento de habitação”. -----

3.º - Os pedidos de apoio solicitados por três indivíduos/agregados familiares e as respetivas Informações Sociais anexas. -----

4.º - Que o Centro Social e Paroquial N.ª Sr.ª da Nazaré se disponibilizou como instituição parceira tendo solicitado a concessão de apoio ao pagamento da renda de casa referente aos agregados das informações anexas, ficando os utentes responsáveis por participar com o restante valor, necessário à prossecução da totalidade do montante da renda. -----

5.º - Que o CSPNSN possui um crédito no valor de 92,29 Euros, que deverá ser abatido, resultante do incumprimento das horas de índole diversa a que estava obrigada, para a qual já havia sido aprovada participação. -----

6.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 111 de 10/01/2014, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a aprovação da participação da renda aos agregados familiares, através de um subsídio pontual ao Centro Social e Paroquial N.ª Sr.ª da Nazaré, consubstanciado em 576,78€ respeitante ao apoio à participação no pagamento

15-10-2014

do valor da renda de casa pelo período que consta nas Informações Sociais, sendo que, findo este espaço temporal, será o mesmo alvo de reavaliação. -----

O Vereador do Pelouro da Cidadania e Igualdade, -----

Ass.) Paulo Teixeira da Costa, -----

10.outubro.2014”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

JUVENTUDE. -----

PROGRAMA VOCAÇÃO 2015 – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pela Sr.^a Vereadora, Beatriz Martins: -----

- “Considerando: -----

1) A importância da ocupação dos tempos livres dos jovens, através de atividades que contribuam para a sua formação pessoal, e que funcionem em simultâneo como complemento da sua formação académica; -----

2) A importância de promover nos jovens o sentido de responsabilidade no desenvolvimento de uma atividade em prol das pessoas e do nosso município; -----

3) O importante papel que a Câmara Municipal pode e deve assumir na dinamização de iniciativas que permitam atingir tais objetivos; -----

4) O grande sucesso obtido pelas edições desde o ano 2005 deste programa. -----

Proponho:

Que a Câmara Municipal de Ílhavo aprove as normas de participação no programa Vocação 2015, que se encontram anexas à presente proposta. -----

A Vereadora do Pelouro da Juventude, -----

Ass.) Beatriz de Fátima Clemente Martins, -----

10.outubro.2014”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

NORMAS DE PARTICIPAÇÃO NO XIV CONCURSO LITERÁRIO JOVEM – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pela Sr.^a Vereadora, Beatriz Martins: -----

- “Considerando: -----

15-10-2014

- 1) O papel fundamental que a leitura e a escrita assumem na formação de todos os indivíduos, nomeadamente dos mais jovens; -----
- 2) A necessidade da criação de estímulos para fomentar e desenvolver tais hábitos; -----
- 3) O importante papel que a Câmara Municipal de Ílhavo pode assumir para que tal seja conseguido; -----
- 4) O sucesso obtido nas anteriores edições relativamente ao número de participantes e à crescente qualidade dos trabalhos apresentados; -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo aprove as Normas do XIV Concurso Literário Jovem, que se encontram anexas à presente proposta. -----

A Vereadora do Pelouro da Juventude, -----

Ass.) Beatriz de Fátima Clemente Martins, -----

10.outubro.2014”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

ATIVIDADES DESPORTIVAS. -----

PROGRAMA MUNICIPAL FÉRIAS DIVERTIDAS / NATAL 2014 – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1º Que a Câmara Municipal de Ílhavo, em anos anteriores, tem organizado atividades de carácter pedagógico, desportivo e cultural, na pausa letiva do Natal, no âmbito do Programa Municipal Férias Divertidas; -----

2º A importância da realização de programas de ocupação dos tempos livres das Crianças e Jovens, do nosso Município, em períodos de férias escolares. -----

Proponho: -----

A realização do Programa Municipal Férias Divertidas – NATAL’14, nos termos descritos em anexo. -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

13.outubro.2014”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

ENSINO. -----
SUBSÍDIO DE ESTUDO – ANO LETIVO 2014/2015 (PRIMEIRA ADENDA À
LISTAGEM INICIAL) – PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pelo Sr. Presidente da Câmara: -----

- “Considerando: -----

1.º - O enquadramento legal previsto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, no seu artigo 33º n.º 1, alínea v), conjugado com a atribuição que é conferida aos Município no âmbito da educação pelo artigo 23º, n.º 2 alínea d) do mesmo diploma legal. -----

2.º - O previsto no Regulamento Municipal de Apoio a Famílias e Indivíduos Carenciados, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 15 de junho de 2011 e de Assembleia Municipal de 22 de junho de 2011, nomeadamente no que diz respeito ao seu artigo 1.º, n.º 2, relativo à “concessão de medidas de ação social escolar”, que se destinam a compartilhar os encargos com as refeições, livros e outro material escolar aos/às alunos/as do 1.º Ciclo do Ensino Básico, sob orientações emanadas pelo Ministério de Educação e Ciência. -----

3.º - Os auxílios económicos são distribuídos por dois escalões, designadamente o Escalão A e o Escalão B, com os valores de 50,00 Euros e 30,00 Euros, respetivamente. -----

4.º - A existência de casos excecionais de crianças carenciadas transferidas para Escolas do Município de Ílhavo, posteriormente à data limite de pedido de subsídio de estudo, bem como situações de reanálise de processos. -----

5.º - A necessidade de corrigir situações de atribuição de Subsídio de Estudo a Alunos que se transferiram para Escolas de outros Municípios no início do ano letivo. -----

6.º - Que o Agrupamento de Escolas de Ílhavo possui um crédito no valor de 400,00 Euros, proveniente de Subsídios de Estudo de Escalão A referentes a oito crianças, que foram transferidas para outros Agrupamentos Escolares e que deverá ser abatido, uma vez que já havia sido aprovada comparticipação. -----

7.º - Que o Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré possui um crédito no valor de 50,00 Euros, proveniente de Subsídio de Estudo de Escalão A referentes a uma criança, que ficou retida no Ensino Pré-Escolar e que deverá ser abatido oportunamente em posterior situação, uma vez que já havia sido aprovada comparticipação. -----

15-10-2014

8.º - Que a presente despesa que se pretende comprometer se encontra assegurada e cativada pela proposta de cabimento n.º 2.093 de 20/08/2014, pelo que, -----

Proponho: -----

Que a Câmara Municipal de Ílhavo delibere a atribuição de subsídios de estudo, que deverão ser abatidos ao crédito mencionado no ponto n.º 6, aos/às seguintes alunos/as do Agrupamento de Escolas de Ílhavo (discriminação inserta na informação que se encontra anexa à presente proposta e que aqui é dada por integralmente transcrita). -----

O Presidente da Câmara, -----

Ass.) Fernando Fidalgo Caçoilo, -----

10.outubro.2014”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

TRANSPORTES E TRÂNSITO. -----

ALTERAÇÃO DE SENTIDO DE TRÂNSITO “RUA DO URJAL / S. SALVADOR” –

PROPOSTA. -----

Presente a seguinte proposta, elaborada pela Sr.ª Vereadora, Beatriz Martins: -----

- “Considerando: -----

1 - a aprovação em reunião de Câmara Municipal da Comissão Municipal de Trânsito e Segurança Rodoviária (CMTSR), órgão com funções de natureza consultiva com vista à resolução de questões relacionadas com a mobilidade do Município de Ílhavo; -----

2 - a aprovação do Plano Municipal de Mobilidade e Transportes de Ílhavo, em reunião de Câmara Municipal de 06 de agosto de 2014; -----

3 - que a primeira reunião da Comissão Municipal de Trânsito e Segurança Rodoviária, se realizou no passado dia 19 de setembro de 2014, pelas 10h, no CIEMAR-Ílhavo. -----

Deste modo, proponho: -----

1 - com base, nos instrumentos referidos e atendendo ao entendimento geral de emissão de parecer favorável à proposta apresentada na CMTSR (19SET2014), a alteração de dois sentidos de trânsito para um sentido de trânsito na Rua do Urjal, na Freguesia de S. Salvador. O sentido proposto é: da Rua Domingos Ferreira Pinto Basto para a Rua de Viriato Simões Teles, conforme plantas anexas. -----

2 – após aprovação o envio desta alteração ao Destacamento Territorial de Aveiro. -----

15-10-2014

A Vereadora da Mobilidade e Transportes, -----
Ass.) Beatriz de Fátima Clemente Martins, -----
10.outubro.2014”. -----

Em minuta, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta. -----

PAGAMENTOS AUTORIZADOS. -----

AUTOS DE VISTORIA E MEDIÇÃO DE TRABALHOS. -----

Presentes os seguintes 7 (sete) Autos de Vistoria e Medição de Trabalhos: -----

1 - Da Empreitada “Centro Sócio-Cultural e Extensão de Saúde da Costa Nova” – (Corpo A) -
11ª Situação Contratual, no valor de €4.523,16 (quatro mil, quinhentos e vinte e três euros e
dezasseis cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Constarte – Construções, SA. ----

2 - Da Empreitada “Centro Sócio-Cultural e Extensão de Saúde da Costa Nova” – (Corpo B +
C) - 9ª Situação Contratual, no valor de € 66.072,00 (sessenta e seis mil e setenta e dois
euros), com IVA incluído, adjudicada à firma: Constarte – Construções, SA. -----

3 - Da Empreitada “Redes de Drenagem de Águas Pluviais da Rua de Alqueidão, Rua
Frederico Cerveira e Av. Manuel da Maia - Ílhavo” - 5ª Situação Contratual, no valor de €
28.109,66 (vinte e oito mil, cento e nove euros e sessenta e seis cêntimos), com IVA incluído,
adjudicada à firma: DST – Domingos da Silva Teixeira, SA. -----

4 - Da Empreitada “Requalificação e Ampliação do Museu da Vista Alegre” - 4ª Situação
Contratual, no valor de €261.894,54 (duzentos e sessenta e um mil, oitocentos e noventa e
quatro euros e cinquenta e quatro cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma: Costeira
– Engenharia e Construção, SA. -----

5 - Da Empreitada “Reconversão do Logradouro da Casa do Gaveto da Avª 25 de Abril / Casa
n.º 58 da Rua Santo António” - 2ª Situação Contratual, no valor de €10.408,69 (dez mil,
quatrocentos e oito euros e sessenta e nove cêntimos), com IVA incluído, adjudicada à firma:
Edilages, SA. -----

6 - Da Empreitada “Via de Acesso ao Parque de Ciência e Inovação” - 6ª Situação Contratual,
no valor de €43.288,07 (quarenta e três mil, duzentos e oitenta e oito euros e sete cêntimos),
com IVA incluído, adjudicada à firma: Manuel Francisco de Almeida, SA. -----

7 - Da Empreitada “Conservação e Reabilitação do Pavilhão Municipal Adriano Nordeste” -
2ª Situação Contratual, no valor de €13.946,95 (treze mil, novecentos e quarenta e seis euros